



PROCURADORIA-GERAL

Processo Administrativo nº: 2703/2025

Requerente: Vereador Emanuel Delgado da Silva (Kapitão)

Assunto: PLL nº 046/2025

Parecer nº: 199/2025

EMENTA: PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. VILIPÊNDIO DE SÍMBOLOS E CRENÇAS RELIGIOSAS. AJUSTES. CONSTITUCIONALIDADE.

1. RELATÓRIO.

Trata-se da análise técnico-jurídica do Projeto de Lei nº 046/2025, de autoria do Vereador Emanuel Delgado da Silva (Kapitão), que *“dispõe sobre a vedação à destinação de recursos públicos municipais para eventos ou manifestações que, de forma direta e ostensiva, promovam o vilipêndio a símbolos religiosos, em especial da fé cristã, no âmbito do Município de Aracruz/ES”*.

É o que importa relatar.

2. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA E A NATUREZA DO PARECER.

A Lei Municipal nº 3.814/14, ao dispor sobre deveres e responsabilidades dos procuradores legislativos (art. 5º, § 2º, do art. 9º e do Anexo X), estabelece que





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

é atribuição destes advogados públicos “emitir parecer nos projetos de lei do Executivo e de iniciativa do Legislativo”, dentre outras.

No processo legislativo, os pareceres elaborados pelos procuradores são facultativos e não vinculantes, posto que os parlamentares – através das Comissões Temáticas e do Plenário – têm soberania para decidir sobre a constitucionalidade, legalidade e o mérito (oportunidade e conveniência) das proposições legislativas, sem prejuízo do ulterior controle pelo Judiciário.

A Procuradoria é órgão auxiliar do Poder Legislativo, responsável pela representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Aracruz, bem como pela função de assessoramento e consultoria jurídica.

Todavia, é imperioso ressaltar que os advogados públicos devem atuar com independência técnica e autonomia funcional, conforme dispõe o art. 2º, § 3º, art. 7º, I, § 2º, art. 18, art. 31, § 1º e § 2º, e art. 32 do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94). Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

(...) O exercício do poder-dever de questionar, de fiscalizar, de criticar e de buscar a correção de abusos cometidos por órgãos públicos e por agentes e autoridades do Estado, inclusive magistrados, reflete prerrogativa indisponível do advogado, que não pode, por isso mesmo, ser injustamente cerceado na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele em cujo favor atua. [HC 98.237, Rel. Celso de Mello, j. 15.12.2009, 2ª T, DJ 6.8.2010]

No exercício do seu *mister*, cumpre aos procuradores públicos tão somente a análise da constitucionalidade, legalidade e a técnica legislativa das propostas, evitando-se manifestar-se sobre outras questões de ordem técnica (estranhas à sua especialidade) ou adentrar o mérito legislativo.

3. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO.

A competência legislativa dos municípios está prevista nos incisos I e II do art. 30 da Carta da República, *in verbis*:

Art. 30. COMPETE AOS MUNICÍPIOS:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A competência para legislar sobre assuntos de interesse local é exclusiva do Município, de forma que qualquer norma federal ou estadual que trate de temas de relevância predominantemente local é inconstitucional.

Por outro lado, no uso da competência suplementar, os municípios podem suprir as lacunas da legislação federal e estadual, regulamentando as respectivas matérias para ajustar a sua execução às peculiaridades locais. Entretanto, não podem contraditar a legislação federal e estadual existente, tampouco extrapolar sua competência para disciplinar apenas assuntos de interesse local.

Não há uma enumeração constitucional, expressa e taxativa, dos chamados assuntos de interesse local, de competência do ente municipal. Deverão eles ser identificados caso a caso, a partir da aplicação do *princípio da predominância do interesse*.

O princípio da predominância do interesse parte da premissa de que há assuntos que, por sua natureza, devem, essencialmente, ser tratados de maneira uniforme em todo o País e outros em que, no mais das vezes, é possível ou mesmo desejável a diversidade de regulação e atuação do Poder Público, ou em âmbito regional, ou em âmbito local.

Logo, se a matéria é de interesse predominantemente geral, a competência é outorgada à União. Aos Estados são reservadas as matérias de interesse predominantemente regional. Cabe aos municípios a competência sobre as matérias de interesse predominantemente local.

Fixadas essas premissas, passo a verificar se o Município tem competência para legislar sobre a matéria.

No caso em análise, a norma municipal proposta trata da **vedação à destinação de recursos públicos municipais** para eventos culturais, matéria que à primeira vista se insere no âmbito do interesse local e da gestão do orçamento municipal (CF, art. 30, I e II). Ademais, “*educação, cultura, ensino e desporto*” são





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

matérias de competência legislativa concorrentes entre União, Estados e DF. Assim, os Municípios podem atuar suplementando as normas gerais da União e dos Estados (CF, art. 30, II), observando os limites materiais da Constituição Federal.

Trata-se, pois, de matéria de interesse local, inserida no campo da cultura, **o que autoriza o exercício da competência legislativa municipal nos termos do art. 30, I e II, da CF/88.**

4. DA INICIATIVA LEGISLATIVA.

Em regra, a iniciativa legislativa é geral, competindo concorrentemente aos vereadores, às comissões, ao Prefeito e ao povo a proposição de normas jurídicas em âmbito municipal (emendas à Lei Orgânica e leis ordinárias).

Entretanto, a própria Constituição reserva a iniciativa de determinadas matérias ao chefe do Executivo. Nesse sentido, dispõe o art. 61, § 1º, e 165 da CF/88:

Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Os referidos comandos constitucionais, que explicitam as leis de iniciativa privativa do Presidente da República, são de reprodução obrigatória (no que couber) em âmbito municipal em decorrência do chamado *Princípio da simetria*, o qual exige que os Estados e os Municípios adotem, sempre que possível, em suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, os princípios fundamentais e as regras de





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

organização existentes na Constituição, principalmente as relacionadas à estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Destaque-se que nos termos da Constituição Federal (art. 63) e da Lei Orgânica Municipal (art. 31) é vedado o aumento de despesa nos projetos de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo e nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º da CF e no art. 95, § 2º e 30 da LOM.

Posto isto, cumpre verificar se o proponente tem competência para dar início ao processo legislativo no presente caso.

No caso, o PL não trata de criação de cargos, nem reorganiza estruturas administrativas, tampouco versa sobre servidores ou orçamento públicos.

A proposição limita-se a instituir uma diretriz de política pública no âmbito da cultura, sem criar obrigações que importem aumento de despesa compulsória ou a usurpação de atribuições típicas do Poder Executivo. Na verdade, o texto limita-se a vedar a destinação de recursos públicos a eventos que representem atos de vilipêndio religioso, conduta vedada pelo art. 208 do Código Penal, como veremos mais abaixo.

Assim, a Câmara Municipal atua dentro de sua função legislativa, sem invadir a seara exclusiva do Prefeito. **Portanto, a iniciativa parlamentar está legitimada, inexistindo inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa.**

5. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE.

No nosso entendimento, a matéria tratada no projeto legislativo harmoniza-se com os princípios e normas constitucionais, não havendo, a princípio, violação a direitos ou garantias fundamentais, mas um reforço dos comandos constitucionais voltados à cultura e proteção à liberdade religiosa. A Constituição Federal assegura a liberdade religiosa como direito fundamental no art. 5º, VI, da CF, que garante a





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, o livre exercício dos cultos e a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

Além disso, o art. 19, I, da CF/88 também consagra o Princípio da laicidade estatal, vedando à União, Estados e Municípios *“estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança”*. Tal dispositivo impõe ao Poder Público neutralidade em matéria religiosa, proibindo favorecimento ou perseguição a qualquer crença.

Essas normas revelam um Estado laico que protege a pluralidade religiosa e a liberdade de crença, porém, sem adotar posição oficial em favor de determinada religião. Significa que a Administração Pública deve tratar igualmente todas as denominações religiosas e também os não crentes, abstendo-se tanto de promover uma religião específica quanto de dificultar manifestações religiosas lícitas.

Conforme ressaltou o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ***“a garantia do Estado laico obsta que dogmas da fé determinem o conteúdo de atos estatais. Vale dizer: concepções morais religiosas, quer unânimes, quer majoritárias, quer minoritárias, não podem guiar as decisões estatais, devendo ficar circunscritas à esfera privada”*** (ADPF 54/DF, Rel. Min. Marco Aurélio). Em outras palavras, motivos exclusivamente religiosos não podem orientar políticas públicas ou restrições estatais, sob pena de ferir a separação entre Estado e religião.

No caso presente, o Projeto de Lei visa coibir ofensas a símbolos religiosos, *“em especial os da fé cristã”*, com o patrocínio de verbas públicas, como mostra o art. 1º da proposição:

Art. 1º Fica vedada a destinação de recursos públicos municipais, a qualquer título, inclusive por meio de subvenções, convênios, termos de fomento, apoio institucional ou patrocínio, a eventos ou manifestações que promovam, de forma direta e ostensiva, o vilipêndio, escárnio ou desrespeito a símbolos religiosos, em especial os da fé cristã.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A proposição, portanto, mira a vedação de emprego de recursos públicos em eventos que promovam o vilipêndio, escárnio ou desrespeito de símbolos religiosos, em especial os da fé cristã. A rigor, entende-se que o aduzido projeto de lei possui o objetivo de reafirmar a proibição de crimes contra o sentimento religioso, conforme previsto **no art. 208 do Código Penal**:

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

Isso mostra que **o vilipêndio de símbolos e crenças religiosas é um fato típico penal, ou seja, é um comportamento criminalizado** e que, por óbvio, deve ser combatido pelo Estado, e não fomentado por ele, notadamente através de apoio institucional e emprego de recursos públicos.

Não se ignora que a proposição cuida de tema sensível, num aparente confronto entre direitos fundamentais, notadamente, o direito à liberdade religiosa e à liberdade de expressão e artística.

A Constituição Federal assegura de forma ampla a liberdade de expressão, inclusive artística. Dispõem os arts. 5º, IV e IX, CF que “*é livre a manifestação do pensamento*” e “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”. No mesmo sentido, o art. 220, caput, da CF estabelece que a manifestação do pensamento, criação, expressão e informação não sofrerá qualquer restrição, observado o disposto na Constituição, vedando-se toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (art. 220, §§ 2º e 3º, I).

Tratam-se de cláusulas que protegem, inclusive, as manifestações críticas, satíricas ou irreverentes, ainda que possam desagradar segmentos da





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

sociedade. Entretanto, não se trata de um direito absoluto – há limites quando outros bens jurídicos de hierarquia constitucional colidem, como a honra, a privacidade ou, no caso em exame, a proteção à liberdade de culto e o combate à intolerância religiosa.

Nesse aspecto, entende-se que a matéria do projeto de lei está revestida de constitucionalidade, pois, não pretende violar a liberdade de expressão ou artística, à medida em que **pretende impedir a concessão de apoio público a eventos e assemelhados que evoquem a prática de crime contra o sentimento religioso, previsto no art. 208 do Código Penal.**

A proposição, portanto, apenas especifica determinada consequência da proibição já existente de práticas delituosas tipificadas na lei penal, estabelecendo para a Administração Pública Municipal a impossibilidade de emprego de recursos públicos em eventos que promovam o vilipêndio religioso. Não se pode conceber “a prática de crimes” como simples visão alternativa ou inofensiva manifestação cultural, ou seja, não há liberdade de expressão ou artística que possa justificar a manifestação de pensamento ou produção artística contrária à lei penal, notadamente com o patrocínio de recursos públicos.

Denota-se que a lei apenas impede que condutas ilícitas (criminalizadas) sejam propagadas com a chancela do Poder Público, o que, a rigor, não merece nenhuma admoestação, pois, esse é o comportamento que se espera da Administração Pública. Por isso, entende-se que a proposição não visa introduzir nenhuma censura inconstitucional.

Tanto isso é verdade que o § 2º do art. 1º do texto, de forma expressa, reza que *“a vedação não se aplica a debates acadêmicos, educativos ou inter-religiosos promovidos com respeito, nem a manifestações de crítica legítima sem conteúdo depreciativo”*. Com efeito, **desde que a vedação ao apoio público se limite ao âmbito do ilícito penal**, sem inovar em restrições além do que a ordem jurídica já proíbe, admite-se a constitucionalidade e legalidade da proposição.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Todavia, caso a autoridade municipal, eventualmente, venha aplicar a norma jurídica de forma abusiva (cerceando conteúdo lícito sob pretexto de proibição, como por exemplo, de crítica ou sátira à religião), tal ato concreto pode vir a ser coibido socorrendo-se ao Poder Judiciário, o que não serve para afastar a compatibilidade do projeto de lei.

A título de exemplo, para reforçar o entendimento ora aduzido, citam-se os acórdãos abaixo, oriundos do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO e do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO referentes a leis similares, julgadas constitucionais pelos tribunais mencionados:

REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL: PROIBIÇÃO DE EVENTOS QUE APOLOGIZEM PEDOFILIA, ZOOFILIA, EROTIZAÇÃO INFANTIL, USO DE DROGAS E VILIPÊNDIO DE SÍMBOLOS E DE CRENÇAS RELIGIOSAS. INCONSTITUCIONALIDADE: INEXISTÊNCIA. MERA REAFIRMAÇÃO LOCAL DA PROIBIÇÃO LEGAL E CONSTITUCIONAL DA PRÁTICA DE DELITOS. 1. Representação de inconstitucionalidade proposta pelo Defensor Público-Geral do Estado contra lei do Município de Barra Mansa que fundamentalmente proíbe a realização de eventos que apologizem a pedofilia, a zoofilia, a erotização infantil, o uso de drogas e o vilipêndio de símbolos e de crenças religiosas. 2. Tese de que a lei tem propensão de gerar perseguição a pessoas que não compartilhem das visões dominantes e produz impacto desproporcional sobre determinadas visões de gênero e religião, maculando o pluralismo e o princípio da igualdade e não discriminação. Manifesto descabimento. 3. Lei impugnada que não versa sobre questões de gênero nem de religião, senão **reafirma, em âmbito local, a pré-existente proibição de práticas delituosas tipificadas na legislação penal e à luz das diretrizes da Constituição da República. Absoluto despropósito de se assentir à ideia de que a prática de crimes traduziria simples e inofensiva visão minoritária sobre temas existenciais. 4. Temores de censura prévia que se alocam no âmbito casuístico: a lei, per se, não pode ser declarada inconstitucional justamente por contemplar premissas constitucionais e legais** (art. 227, CRFB/1988; art. 70, ECA, v.g.). **Se, na rotina do ente público, vierem a ser eventualmente adotadas posturas inconstitucionais e ilegitimamente censoras, deflagrar-se-ão os mecanismos jurídicos repressivos competentes.** IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. (TJ-RJ - DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: 00268704820218190000 202100700131, Relator.: Des(a). ELISABETE FILIZZOLA ASSUNÇÃO, Data de Julgamento: 28/03/2022, OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL, Data de Publicação: 01/04/2022)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI ESTADUAL N. 11.931 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 – “VEDA A UTILIZAÇÃO DAS RELIGIÕES DE FORMA A SATIRIZAR, RIDICULARIZAR E/OU TODA E QUALQUER OUTRA FORMA DE MENOSPREZAR OU VILIPENDIAR SEUS DOGMAS E CRENÇAS, EM MANIFESTAÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E/OU DE GÊNERO” – ALEGADO VICIO MATERIAL – VIOLAÇÃO AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE LIBERDADE DE





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXPRESSÃO, DO PLURALISMO DE IDEIAS E DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO - OFENSA AOS ARTS. 1º, 10 E 248, I, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO – INOCORRÊNCIA – DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO QUE NÃO É ABSOLUTO – LIMITES - PROTEÇÃO À CRENÇA RELIGIOSA – PROIBIÇÃO INTOLERÂNCIA RELIGIOSA - AÇÃO IMPROCEDENTE. **A liberdade de expressão não é ilimitada, pois, tem limitações éticas e jurídicas e está sujeita à fiscalização e regulamentação do Poder Público notadamente para assegurar outros direitos de assento constitucional, como no caso, a proteção à liberdade de crença religiosa, sem que a intervenção configure censura. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo que impliquem ilicitude penal. Lei impugnada que não versa sobre questões de religião, senão reafirma, em âmbito estadual a pré-existente proibição de condutas tipificadas na legislação penal e à luz das diretrizes da Constituição Federal, que incorra em ataque à liberdade religiosa.** Ação improcedente. (TJ-MT - ADI: 10254334020228110000, Relator.: CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Data de Julgamento: 18/05/2023, Órgão Especial, Data de Publicação: 29/05/2023)

Reforça-se, portanto, a constitucionalidade da matéria tratada na proposição, todavia, desde que realizadas as alterações apresentadas a seguir.

A redação da proposição focaliza explicitamente a religião cristã, distinguindo-a das demais. Tal opção legislativa suscita preocupação quanto à violação da neutralidade religiosa e isonomia. **Ao direcionar proteção especial à fé majoritária (cristã), a norma pode acarretar tratamento privilegiado a uma religião específica em detrimento de outras crenças ou visões (inclusive críticas ou satíricas sobre religião).** Ressalta-se que o pluralismo e a igualdade (art. 5º, caput, CF) impedem o Estado de fazer juízo de valor entre credos; todas as religiões – bem como a não religião – devem merecer igual consideração.

Veja bem que a Lei Estadual nº. 11.931/2022, julgada constitucional pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO conforme a ementa do acórdão acima, aliás, proíbe o vilipêndio de dogmas e crenças relativas a todas as religiões, sob forma de sátira, ridicularização e menosprezo, no âmbito do Estado de Mato Grosso. Quer dizer, não se refere de forma especial ou preferencial em favor de nenhuma religião, tratando todas elas de forma igualitária, o que foi determinante para a afirmação de sua constitucionalidade pelo Poder Judiciário daquele Estado.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Por outro lado, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, julgando a constitucionalidade de lei do Município de Sorocaba que proibia vilipêndio a dogmas da religião cristã em manifestações culturais, entendeu que tal norma violava o dever de neutralidade estatal e os princípios da isonomia e interesse público, por privilegiar determinada religião. Consta do acórdão paulista que conferir proteção específica à religião cristã afronta a laicidade do Estado e a impessoalidade administrativa, estabelecendo indevido favoritismo no setor público.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei Municipal que dispõe sobre a proibição do vilipêndio e de atos de vandalismo contra dogmas, crenças e monumentos da religião cristã em manifestações políticas, artísticas e culturais – Norma impugnada que viola o dever de neutralidade estatal imposto pelo artigo 19, inciso I, da Constituição Federal – Poder Público que deve se manter neutro em relação às diferentes denominações e crenças religiosas – **Violação aos princípios constitucionais da isonomia e do interesse público aplicados à Administração Pública, ao estabelecer tratamento privilegiado a uma dada religião.** Proibição da crítica a crenças e dogmas da religião cristã, no contexto de atividades culturais, políticas e artísticas, que, ademais, configura tentativa de limitação prévia ao exercício da liberdade de expressão, consciência e crença - Manifestação do pensamento crítico aos dogmas religiosos que não se confunde com atos de intolerância religiosa, estes sim, configuradores de abuso de direito – Lei que visa impor censura prévia ao direito fundamental da liberdade de expressão - Inconstitucionalidade reconhecida – Controle abstrato de normas municipais realizado com base na norma remissiva do artigo 144 da Constituição Estadual, posto envolver normas centrais da Constituição Federal e que incidem sobre a ordem local por força do princípio da simetria – AÇÃO PROCEDENTE. (TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: 21488831520248260000 São Paulo, Relator.: Luis Fernando Nishi, Data de Julgamento: 11/09/2024, Órgão Especial, Data de Publicação: 16/09/2024)

Nesse sentido, reputa-se necessária a **edição de emenda modificativa do art. 1º, caput, para fins de retirar a menção expressa à fé cristã**, abrangendo todos os credos de forma isonômica a fim de evitar discriminação ou tratamento preferencial. Além disso, considerando que os conceitos de “escárnio” e “desrespeito” são vagos, sugere-se manter a proibição apenas para o “vilipêndio”, já previsto pelo legislador no texto do Código Penal, conforme sugestão abaixo:

Art. 1º Fica vedada a destinação de recursos públicos municipais, a qualquer título, inclusive por meio de subvenções, convênios, termos de fomento, apoio institucional ou patrocínio, a eventos ou manifestações que promovam o vilipêndio a símbolos ou crenças religiosas.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Por conseguinte, escudada nas mesmas razões, considera-se necessária a **edição de emenda modificativa do § 1º do art. 1º, eis que define o vilipêndio fazendo menção de modo primordial a símbolos e crenças inerentes à fé cristã**. Por isso, sugere-se a seguinte redação a fim de conferir definição genérica dos atos de vilipêndio englobando todas as religiões:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se vilipêndio os atos tipificados como crimes contra o sentimento religioso, nos termos do art. 208 do Código Penal e legislação correlata, bem como os de intolerância ou ódio religioso e incitação à violência.

Posto isto, **com as emendas modificativas ora sugeridas, opina-se pela constitucionalidade do projeto de lei.**

6. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO.

Por se tratar de projeto de lei ordinária, deve ser observado o quórum de **maioria simples** para aprovação, ou seja, **maioria dos votos, desde que presente a maioria absoluta dos vereadores.**

7. DA TÉCNICA LEGISLATIVA.

O art. 59, Parágrafo Único, da Constituição Federal 1988, estabeleceu a necessidade de edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis. A LC nº 95/1998 estabeleceu as diretrizes para a organização do ordenamento. Compulsando os autos, observo que a proposta está em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.

8. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, pelos fundamentos jurídicos supracitados, entendo que o Projeto de Lei nº 046/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, está parcialmente em sintonia com o ordenamento jurídico pátrio.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Assim, opino pela **LEGALIDADE/CONSTITUCIONALIDADE da proposta, porém, desde que sejam editadas as emendas modificativas apontadas acima para modificar o art. 1ª, caput e § 1º do Projeto de Lei nº 046/2025, sob pena de inconstitucionalidade material.**

É o parecer, *s.m.j.*, à superior consideração.

Aracruz/ES, 21 de outubro de 2025.

ALINE M. GRATZ

Procurador Geral – mat. 900288

OAB/ES 10.951



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330039003100320039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Aline Maria gratz** em 21/10/2025 17:13

Checksum: **94FAD829E733F1278048D407CB11CF77377C3DB60663B4D58B7FA89B2A11D675**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330039003100320039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.